



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

Termo de Privacidade para o Videomonitoramento no prédio do TJMS

Em atenção ao seu direito à privacidade e proteção dos seus dados pessoais e, atendendo aos fundamentos e princípios previstos na Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no exercício de sua responsabilidade como controlador de dados pessoais, apresenta o termo de privacidade para o videomonitoramento realizado nas dependências do prédio do Tribunal de Justiça de MS, situado no Bloco 13, parque dos poderes.

Neste termo constam as informações de como seus dados pessoais são tratados pelo tribunal de justiça de MS.

No menu transparência do nosso portal da LGPD (www.tjms.jus.br/lgpd), você encontra detalhes deste e demais processos de trabalhos onde o Tribunal de Justiça de MS trata dados pessoais.

1. Legislação Aplicável:

[LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados](#)

[Resolução 239/2021 - Política de Segurança da Informação do PJMS](#)

[Portaria 2011/2021 - Política de Privacidade do PJMS](#)

[Portaria TJMS n. 973/2016](#)

2. Finalidade

Monitorar a circulação de pessoas, inibir comportamentos antissociais nos espaços destinados ao atendimento, identificar riscos e ameaças antecipando ações de controle e proteção e auxiliar em investigações;

3. Dados coletados

Imagem

4. Da Base Legal para atividade de Tratamento

As atividades de tratamento descritas neste termo de uso encontram amparado no art. 7º, inciso IX da Lei Geral de Proteção de Dados:

“Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

IX - Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros”

5. Do tratamento dos seus dados pessoais

As imagens coletadas são armazenadas em infraestrutura hospedada no Datacenter do TJMS, e estão sob responsabilidade da Assessoria Militar e Assessoria de Inteligência.

As imagens gravadas serão fornecidas mediante requerimento fundamentado ao Coordenador-Geral de Segurança Institucional, conforme disciplinado pela portaria 973/2016.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

Para auxílio em investigações, os órgãos de segurança pública ou CNJ poderão solicitar as imagens das câmeras de segurança.

As medidas de segurança da informação adotados pelo Poder Judiciário de MS podem ser vistas nas nossas políticas de segurança da informação e política de privacidade.

6. Temporalidade

As imagens coletadas ficam armazenadas por um mês. Fatos relevantes são armazenadas separadamente pelo Coordenador de Monitoramento e Vigilância e salvas por tempo indeterminado.

7. Direitos dos titulares dos dados pessoais

O titular dos dados pessoais poderá exercer seu direito previsto no Artigo 18 da LGPD através do e-mail encarregado@tjms.jus.br ou portal [e-SIC](#).

8. Alterações deste termo de privacidade

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul poderá alterar este Termo de Uso em qualquer tempo, toda e qualquer alteração será publicada e poderá ser consultada no portal www.tjms.jus.br/lgpd.